

FDTE GERA TOTAL DE R\$ 10 MILHÕES PARA DOCENTES EM 2000

Fernanda Franklin
Equipe Adusp

Uma das mais antigas fundações privadas, criada em 1972, a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE) mantém atualmente 36 diferentes projetos. Em 2000, atividades remuneradas realizadas pela fundação geraram uma remuneração total de R\$ 10,6 milhões para os docentes em RDIDP. A FDTE — que tem entre seus dirigentes o professor Antonio Massola, diretor da Politécnica — negou-se a fornecer seus dados financeiros para a reportagem

Tarefa difícil é achar dados sobre o demonstrativo financeiro da Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), criada em 1972. Desde sua origem, a fundação contabiliza 816 projetos (36 ativos atualmente), não só em parceria com a Escola Politécnica da USP, mas também com empresas estatais, como os Correios, e privadas, como Ericsson, Nokia, Compaq e outras.

A alegação do presidente da FDTE, Nelson Zuanella, para não fornecer os dados é de que “como instituição privada, que mantém contratos com empresas privadas e estatais contendo as habituais cláusulas de confidencialidade, a FDTE não divulga os dados econômico-financeiros solicitados”. Tampouco esses dados são registrados em cartório pela entidade.

Segundo informações da Diretoria da Escola Politécnica, entre janeiro de 1998 e abril de 2001 a fundação teria repassado à Reitoria R\$ 452.860,22, além de R\$ 204.229,30 para a Diretoria e R\$ 1.962.705,25 para departamentos da Politécnica, totalizando R\$



Professor Antonio Massola

2.619.794,77 (veja tabela).

Como a Politécnica fixou em 13% o valor total do repasse devido pelos docentes em RDIDP que atuam nas fundações a ela vinculadas, podemos estimar que o montante declarado das atividades remuneradas desenvolvidas por esses docentes na FTDE, no período 1998 a abril de 2001, foi de R\$ 20.152.261. Em 2000, o repasse total foi de R\$ 1.379.509,34, o que permite calcular em R\$ 10,61 milhões o montante apurado pelos docentes, antes dos repasses.

Conclui-se, desse modo, que a receita da FDTE em 2000 situou-se acima desse patamar, pois os repasses efetuados à USP jamais corres-

pondem proporcionalmente à totalidade das receitas das fundações. A busca por números para tentar traçar um perfil das fundações atuantes na USP é condenada pela professora Edith Ranzini, que ocupa o cargo de diretora-tesoureira na FDTE.

“O pessoal fala ‘ah, transferiu pouco’, mas a grande transferência [da fundação para a universidade] não foi monetária, para a Poli eu acho que não foi monetária, foi os professores se manterem atualizados, você ter chance de fazer dissertações diferentes, teses diferentes”, afirma a professora Ranzini.

Outro ponto contestado por ela é o argumento de que os docentes dão aulas ruins por terem sua ener-

Repases da FDTE conforme a Resolução 4533

Ano	Reitoria	Diretoria	Departamento	Total
1988	54.616,75	32.770,05	395.461,72	482.848,52
1999	94.554,65	36.024,99	336.959,22	467.538,86
2000	196.706,92	105.435,94	1.077.366,48	1.379.509,34
2001*	106.981,90	29.998,32	152.917,83	289.898,05
TOTAL	452.860,22	204.229,30	1.962.705,25	2.619.794,77

Fonte: Escola Politécnica. * Até abril

gia consumida em atividades desenvolvidas através das fundações. “Na realidade quem gerou isso foi a própria USP, que ao avaliar o docente não dá a mínima importância para as atividades de graduação. Só servem os artigos, os papers, as pesquisas, foi isso o que afastou muito o professor da graduação”, diz.

Atualmente os maiores projetos da FDTE, segundo a professora Edith, são parcerias com empresas privadas, que desde meados da década de 90 passaram a investir em pesquisas por conta da Lei de Incentivo à Informática, regulamentada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

A FTDE também gere, regularmente, recursos do Pece, o Programa de Educação Continuada em Engenharia da Politécnica, que oferece cursos pagos, tem milhares de alunos e arrecadou mais de R\$ 3 milhões em 2000 (**veja texto nesta página**).

A coordenação geral do Pece cabe ao diretor da Politécnica, professor Antonio Marcos de Aguirra Massola, e ao coordenador geral do programa, professor José Roberto Cardoso, do Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétricas, o que caracteriza conflito de interesses.

Consultando a composição atual dos órgãos diretivos da FDTE, encontramos o professor Massola como presidente do Conselho Curador e o professor Cardoso como diretor-secretário da fundação. O coordenador geral do Pece é remunerado por essa função. No demonstrativo financeiro do Pece relativo ao ano de 2000, à rubrica “coord. geral do Pece” corresponde o valor de R\$ 70.028.

PECE ARRECADADA R\$ 3 MILHÕES EM CURSOS PAGOS NA POLI

O Programa de Educação Continuada em Engenharia (Pece), instituído pela Escola Politécnica, é gerenciado por meio de convênios com a FUSP e a FDTE. Dos cerca de 500 docentes da Politécnica, aproximadamente 40% atuam no programa, que oferece cursos de atualização, especialização e MBA, a um custo médio de R\$ 600, segundo sua coordenação.

Nesse caso, portanto, a privatização do ensino envolve uma iniciativa da própria unidade. O número de bolsas integrais concedidas, 380 no ano de 2000, corresponde a cerca de 10% do número total de alunos, em torno de 4.000.

Os números financeiros do Pece são expressivos: em 1999, sua receita alcançou R\$ 2.137.833. No ano seguinte sua receita cresceu quase 50%, chegando a R\$ 3.051.000, dos quais R\$ 907.000 foram destinados à remuneração de docentes (nem todos pertencentes aos quadros da USP).

“Quando o professor Romeu Landi foi diretor da Escola e eu vice-diretor, criamos o Pece. Ele é um programa da Escola, gerido pela Diretoria da Escola Politécnica e tem um coordenador eleito por indicação do diretor da Escola Politécnica”, define o professor Antonio Massola, diretor da unidade.

O professor José Roberto Cardoso, coordenador geral do Pece, explica que os cursos do programa são submetidos à aprovação das instân-

cias acadêmicas: “Departamento, depois a Comissão de Cultura e Extensão da Escola Politécnica (CCEX/EP), constituída por um representante de cada departamento, e dentro dessa comissão existe uma subcomissão de cursos. Pega uma parte da CCEX, são cinco professores, esses professores fazem um pente fino sobre aquele curso e emitem um parecer, aprovando ou não o curso. Uma vez aprovado o curso, o Pece vai lá e implementa esse curso”.

O professor Vahan Agopyan, que também integra a coordenação do Pece, frisa que são cursos oficiais da USP. “O diploma é USP, quer dizer, Pece é Poli, curso é USP, ou seja, o aluno que fizer o curso, assistir às aulas, tirar as notas, recebe um diploma de USP. Se fizer a disciplina de um curso de especialização ele sai especialista da USP, portanto cada disciplina passa por toda essa rotina porque é como se fosse uma disciplina da USP. Formalmente isso tudo vai para o Conselho de Cultura e Extensão, passa pelo Conselho de Cultura e Extensão.”

Ainda de acordo com o professor Agopyan, a Politécnica tem atualmente “quase o mesmo número de alunos de graduação, de pós-graduação *strictu sensu* e de pós-graduação *latu sensu*”, ou seja, “quase 4.500 alunos de graduação, mais de 4.000 alunos de pós-graduação e mais de 4.000 profissionais, principalmente engenheiros, fazendo educação continuada”. Na opinião do professor, a

educação continuada “é a área que nós julgamos importante expandir muito mais, porque há uma demanda reprimida muito grande”.

O coordenador geral do Pece afirma que o programa foi criado com a premissa de não onerar a Politécnica. “Esse ‘não onerar’ significa, por exemplo, não usar laboratório sem remuneração desses laboratórios; não usar os funcionários da Escola para gerenciamento desse programa, é um pessoal contratado para isso; então ele foi gerado assim. Então entram recursos no Pece, mas como o Pece não é juridicamente constituído, ele lança mão de fundações para nos auxiliarem no gerenciamento desses recursos”.

O excedente financeiro resultante do Pece é dividido no final do curso: 40% para a Politécnica e 60% para o departamento. “É feita uma consolidação anual na qual eu, como coordenador geral, faço um resumo, um balanço detalhando todos os itens em que foram utilizados esses recursos auferidos aqui e submeto isso à aprovação do CTA da Escola Politécnica. Faço uma apresentação de como foi a evolução do Pece naquele ano, sobretudo sobre os recursos financeiros”, diz o professor Cardoso.

Ele garante que há limites para a remuneração dos docentes em RDIDP engajados no Pece. “Normalmente, num curso de 30 horas, o professor pode receber de R\$ 3 mil a R\$ 5 mil. Um curso nosso normalmente custa em torno de R\$ 600, nossa média é de 20 alunos, então daria R\$ 12 mil, uns 40% ficam para o professor”, informa.

“Mas ele é limitado, ele não pode



Os professores Agopyan (em pé) e Cardoso com a repórter

Demonstrativo financeiro do PECE - 2000

RECEITA	3.051.000,00
DESPESAS	
Fundação	258.528,00
Coordenadores subprogramas	246.000,00
Professores	907.000,00
Livros	91.960,00
Apostilas – xerox	95.124,00
DESPESAS INDIRETAS	
Coord. Geral do PECE	70.028,00
Pessoal – PECE	240.000,00
Pessoal – órgãos centrais – diretoria	172.327,00
Outras despesas – diretoria	4.600,00
Material Permanente (mesas/carteiras/micros/etc.)	106.517,00
Manutenção material permanente	24.580,00
Telefone	4.480,00
Correio	34.000,00
Taxi/ônibus/kilometragem	4.400,00
Material de escritório – transparências	19.480,00
Outras	9.500,00
Publicidade	172.000,00
Coffee break/encerram. cursos/almoço alunos	50.503,00
CPMF	8.748,00
Limpeza	8.100,00
RUSP	82.335,00
Diretoria	62.092,00
Departamentos	113.784,00

dar curso continuamente. O professor em RDIDP só pode dar 36 horas de curso de extensão por semestre. Quer dizer: ele dá um curso por se-

mestre, ganha R\$ 5 mil, mas R\$ 5 mil no semestre. Ele não pode dar cursos à vontade, ele é limitado e nós temos esse controle aqui”.